

Diário Oficial

do Estado de São Paulo - (E. U. do Brasil)

NUMERO DO DIA . . . 400 REIS

NUMERO ATRAZADO DO ANO CORRENTE . . . 500 REIS

Diário do Executivo

INTERVENTORIA FEDERAL

DECRETO-LEI N. 12.863, DE 12 DE AGOSTO DE 1942

Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito especial de 147:366\$00, para a aquisição de um cais em Formosa, na Ilha de São Sebastião.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, na conformidade do disposto no artigo 6.º, n. IV, do decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto, na Secretaria da Fazenda, à Secretaria da Viação e Obras Públicas, um crédito especial de 147:366\$00 (cento e quarenta e sete contos, trezentos e sessenta e seis mil réis), destinada a ocorrer ao pagamento da aquisição do cais de serviço construído em Formosa, pela Companhia Nacional de Construções Civis e Hidráulica.

Artigo 2.º — Fica anulada parcialmente, em 147:366\$00 (cento e quarenta e sete contos, trezentos e sessenta e seis mil réis) a verba 365 "Porto de São Sebastião", do orçamento.

Artigo 3.º — O valor do presente crédito será coberto com os recursos provenientes da anulação de que trata o artigo anterior.

Artigo 4.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 12 de agosto de 1942.

FERNANDO COSTA
Luiz de Anhaia Melo
Coriolano de Góes

Publicado na Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, aos 12 de agosto de 1942.

F. Gayotto — Diretor Geral.

DECRETO-LEI N. 12.873, DE 14 DE AGOSTO DE 1942

O INTERVENTOR FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, na conformidade do disposto no art. 6.º, n. IV, do decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Artigo 1.º — O quadro de funcionários da Prefeitura Sanitária de Guarujá fica constituído das seguintes cargos, com os vencimentos anuais constantes da tabela anexa:

- 1 Secretário
- 1 Contador
- 1 Lançador
- 1 Auxiliar de Tesoureiro
- 2 Primeiros escrivães
- 3 Segundos escrivães
- 4 Terceiros escrivães
- 3 Fiscais
- 1 Chefe dos Serviços Externos
- 1 Fiscal de Obras
- 1 Encarregado Geral dos Serviços de Transportes e Eletricidade
- 1 Auxiliar dos Serviços de Transportes e Eletricidade
- 1 Fiscal de "Ferry-Boat"
- 1 Almojarife
- 1 Apontador
- 2 Serventes

Artigo 2.º — Fica assegurado o aproveitamento dos atuais funcionários, de maneira a serem respeitados os direitos que tiverem.

§ 1.º — Aos titulares dos cargos que, por força da presente reorganização, tenham sido alterados em sua denominação, serão expedidas novas portarias de nomeação.

§ 2.º — O cargo de lançador será de acesso, por promoção feita dentre os primeiros escrivães e o cargo de auxiliar de tesoureiro será isolado e provido livremente em caráter efetivo.

Art. 3.º — Compete ao Secretário:

1 — providenciar tudo quanto diz respeito à correspondência oficial e processar a distribuição dos papéis que transitarem pela Prefeitura;

2 — registrar os atos oficiais e reduzir a termo aqueles que se fizerem necessários;

3 — zelar pelo regular funcionamento das escolas públicas;

4 — fiscalizar a observância dos horários regulamentares, na sede da Prefeitura.

Artigo 4.º — Compete ao contador:

1 — superintender a contabilidade, de acordo com as instruções do Código de Contabilidade Municipal e das demais leis que regulam a matéria;

2 — subscrever as certidões requeridas.

Artigo 5.º — Compete ao Lançador:

1 — proceder ao lançamento de todos os impostos e taxas;

2 — notificar os contribuintes por avisos especiais ou por publicação pela imprensa;

3 — fazer o lançamento suplementar dos contribuintes que, por qualquer motivo, não tenham sido lançados nas épocas próprias;

4 — requisitar dos chefes da repartição as informações necessárias à boa regularidade dos lançamentos;

5 — escriturar nos livros próprios todos os lançamentos em ordem alfabética, de maneira a facilitar as buscas bem como os avisos aos contribuintes, em talões escritos a carbonho, publicando pela imprensa o rol dos contribuintes lançados;

6 — auxiliar a fiscalização do comércio e das indústrias em geral, quanto à sua quitação perante os cofres municipais;

7 — proceder ao serviço de aferição dos pesos e medidas.

Artigo 6.º — Compete ao Auxiliar de Tesoureiro auxiliar os serviços da Tesouraria da Prefeitura a cargo da Coletoria.

Artigo 7.º — Compete aos Escrivães executar os serviços administrativos que lhes forem distribuídos pelos chefes das respectivas seções.

Artigo 8.º — Compete aos Fiscais:

1 — fiscalizar a execução das leis e regulamentos municipais e zelar pela observância das prescrições sanitárias das habitações e vias públicas;

2 — lavar autos de apreensão de animais e objetos e autos de multas, nas contravenções.

Artigo 9.º — Compete ao Chefe dos Serviços Externos:

1 — fiscalizar a construção de obras municipais e particulares, dando encaminhamento à aprovação das plantas;

2 — dirigir os serviços de conservação de próprios municipais, logradouros, vias públicas e rodovias;

3 — zelar pela boa execução dos serviços de limpeza pública e remoção de lixo;

4 — fiscalizar os serviços de abastecimento de água, de cemitérios municipais e do Posto de Salvamento.

Artigo 10 — Compete ao Fiscal de Obras auxiliar o Chefe dos Serviços Externos nos serviços de sua competência.

Artigo 11 — Compete ao Encarregado Geral dos Serviços de Transporte e Eletricidade:

1 — superintender todos os serviços de transportes terrestres e marítimos a cargo da Prefeitura;

2 — a direção técnica da rede elétrica, compreendendo as instalações públicas e particulares;

3 — inspecionar o serviço de "Ferry-Boat", orientando o respectivo Fiscal para sua eficiência.

Artigo 12 — Compete ao Auxiliar dos Serviços de Transportes e Eletricidade auxiliar o Encarregado Geral dos Serviços de Transportes e Eletricidade nos serviços de sua competência.

§ 1.º — Os cargos de Encarregado Geral e de Auxiliar dos Serviços de Transporte e Eletricidade serão preenchidos por eletricitistas de comprovada idoneidade técnica.

§ 2.º — Vagando o cargo de Encarregado Geral será o mesmo preenchido pelo titular do cargo de Auxiliar, que será extinto.

Artigo 13 — Compete ao Fiscal de "Ferry-Boat" fiscalizar os serviços de "Ferry-Boat", sob orientação do Encarregado Geral dos Serviços de Transporte e Eletricidade.

Artigo 14 — Compete ao Almojarife:

1 — organizar e acompanhar as concorrências e extrair os pedidos de fornecimentos de materiais, devidamente requisitados;

2 — conferir o material entregue e observar rigorosa fiscalização dos bens sob a sua guarda;

3 — registrar o movimento do material de consumo e levantar o cadastro do material permanente.

Artigo 15 — Compete ao Apontador:

1 — registrar as horas de trabalho do operariado municipal, diariamente;

2 — organizar o mapa do ponto mensal.

Artigo 16 — Compete aos Serventes:

1 — velar pela guarda e asseio do prédio da Prefeitura;

2 — remeter a correspondência que lhes for entregue para ser expedida;

3 — manter a ordem e o respeito no recinto da Prefeitura, reservado ao público, impedindo a entrada nas salas de trabalho, de pessoas estranhas ao serviço sem a necessária autorização.

Artigo 17 — Os serviços de tesouraria da Prefeitura ficarão a cargo da Coletoria Estadual local e serão exercidos pelo coletor e pelo escrivão.

Parágrafo único — Aos serviços referidos neste artigo corresponderão as funções gratificadas de tesoureiro e ajudante de tesoureiro, ora criadas, com as remunerações de 300\$000 (trezentos mil réis) e 200\$000 (duzentos mil réis) mensais, respectivamente.

Artigo 18 — No desempenho dos serviços de que trata o artigo anterior, compete à Coletoria Estadual:

1 — efetuar a arrecadação das rendas municipais e os pagamentos regularmente autorizados pelo Prefeito;

2 — escriturar o livro "Caixa" e elaborar a correspondente ficha diária.

Artigo 19 — A fiscalização e a superintendência dos serviços de tesouraria, bem como a tomada de contas, competirão à Prefeitura, que promoverá a escrituração em geral, com exceção da do livro "Caixa".

Artigo 20 — As despesas com a execução do presente decreto-lei correrão por conta de crédito especial a ser oportunamente aberto, mediante outro decreto-lei.

Artigo 21 — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 14 de agosto de 1942.

FERNANDO COSTA
Coriolano de Góes
Gabriel Monteiro da Silva

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

DIRETOR

SUD Mennucci

Gerente: Manoel Nogueira de Carvalho
Redator-Sec.: João de Oliveira Fuho

Rua da Glória n. 358 - 364

TABELA ANEXA AO DECRETO-LEI N. 12.873, DE 14 DE AGOSTO DE 1942

Cargos	Vencimentos
Secretário	9:600\$000
Contador	15:600\$000
Lançador	12:000\$000
Auxiliar de Tesoureiro	12:000\$000
1.º Escrivão	9:600\$000
2.º Escrivão	7:200\$000
3.º Escrivão	4:800\$000
Fiscal	7:200\$000
Chefe dos Serviços Externos	14:400\$000
Fiscal de Obras	9:600\$000
Encarregado Geral dos Serviços de Transportes e Eletricidade	10:800\$000
Auxiliar dos Serviços de Transportes e Eletricidade	9:600\$000
Fiscal de "Ferry-Boat"	8:400\$000
Almojarife	8:400\$000
Apontador	7:200\$000
Servente	2:400\$000

Publicado no Departamento das Municipalidades, aos 14 de agosto de 1942.

Paulo Pinto de Carvalho,

Diretor da Diretoria de Expediente.

DECRETO N. 12.878, DE 17 DE AGOSTO DE 1942

Incorpora à Força Policial do Estado o Corpo de Bombeiros de São Paulo.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, na conformidade do disposto no art. 6.º, n. IV, do decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Artigo 1.º — É definitivamente incorporado à Força Policial do Estado o Corpo de Bombeiros de São Paulo, continuando, porém, de caráter municipal, e por conta do município, nos termos do art. 36 da lei n. 2.480, de 13 de dezembro de 1935, o serviço de extinção de incêndios.

Artigo 2.º — A Prefeitura Municipal da Capital, a começar no próximo exercício de 1943, por forma por que ficar estabelecido mediante entendimento com o Secretário da Fazenda, anualmente, a esta entregará a importância de 7.000:000\$000 (sete mil contos de réis) que o Tesouro receberá como contribuição municipal para as despesas com o pessoal, material e outros serviços do Corpo de Bombeiros, correndo por conta do Estado qualquer excesso que, para dito fim vier a constar das tabelas baixadas com a lei de fixação da Força Policial.

Artigo 3.º — Até o fim do corrente exercício, as despesas com o Corpo de Bombeiros serão pagas pela Prefeitura, dentro do orçamento vigente.

Artigo 4.º — O Estado elaborará os decretos-leis necessários à execução deste, subordinando-os à aprovação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do art. 32, n. XI, do decreto-lei federal n. 1.202 de 8 de abril de 1939.

Artigo 5.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, em 17 de agosto de 1942.

FERNANDO COSTA
Accacio Nogueira

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria da Segurança Pública aos 17 de agosto de 1942.

Alfredo Issa Assaly
Diretor Geral

DECRETO N. 12.879, DE 17 DE AGOSTO DE 1942

Aprova o novo regulamento da Cruz Azul de São Paulo.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhe são conferidas, de conformidade com o artigo 7.º do decreto-lei n. 1.202 de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aprovado o "REGULAMENTO DA CRUZ AZUL DO ESTADO DE SÃO PAULO", que